

ACADEMIA MILITAR



D. ANTÓNIO LUÍS DE SOUSA

2.º Marquês das Minas

*Patrono dos cursos de entrada na Academia Militar
no ano lectivo 2004/2005*

*Trabalho coligido pelo
Major de Infantaria João Luís Rodrigues Leal
Professor-Adjunto das Cadeiras de Geopolítica e Elementos de Estratégia*

1 de Setembro de 2004



D. ANTÓNIO LUÍS DE SOUSA

2.º Marquês das Minas

Patrono do Curso de Entrada 2004/2005

INTRODUÇÃO

D. António Luís de Sousa nasceu a 6 de Abril de 1644, como filho primogénito de D. Francisco de Sousa, 1.º Marquês das Minas¹, e da Marquesa D. Eufrásia Filipa de Lima (Sousa, 1748, 978). Haveria de glorificar o seu nome com inteiro merecimento, pois os valores patenteados, a generosidade sem limite, a piedade evidenciada e as acções empreendidas com brilhantismo assim o destinaram.

D. António Luís de Sousa casou com Dona Maria Madalena de Lima de Noronha, que educou a sua família com o exemplo, cultivando o respeito, o amor a Deus e a caridade. Era filha de D. Álvaro Manuel, VI senhor da Atalaia, e de D. Inês de Távora e Lima. Teve oito filhos: D. Francisco de Sousa²; D. João de Sousa; D. José Domingos de Sousa; D. Catarina de Sousa; D. Luís António de Sousa; D. Joana de Sousa; e, D. Luís António de Sousa Botelho Mourão (Zuquete, 1960, 1064 a 1067).

1 - DA FORMAÇÃO INICIAL AO POSTO DE GENERAL DE BATALHA

D. António Luís de Sousa nasceu apenas quatro anos após a restauração de 1 de Dezembro de 1640. Nesta período decorria a «Guerra dos Trinta Anos» entre França e Espanha, que "...disputavam a soberania europeia nos campos de batalha. A guerra entre os dois países, iniciada em 1635, desenrolou-se em várias regiões da Europa (a fronteira dos Pirinéus, o Franco Condado, os Países Baixos, a Alsácia, a Alemanha e a Itália) e só terminou em 1659 com o Tratado dos Pirinéus, que consagrava o completo triunfo da França" (Saraiva, 1993, 214).

Graças à «Guerra dos Trinta Anos», durante todo o reinado de D. João IV (1604-1656) as operações militares não assumiram grande envergadura, limitando-se a campanhas fronteiriças, alternando sucessos e fracassos, mas sem consequências decisivas para Portugal ou Espanha (Saraiva, 1993). Mas, o Tratado dos Pirinéus representou para Portugal o momento mais perigoso da guerra, pois a França, numa das poucas concessões que fez nesse tratado, cessou o apoio a Portugal, até então seu aliado. "As tropas espanholas, libertas da

¹ O Título de Marquês das Minas foi atribuído ao bisavô de D. António Luís de Sousa, D. Francisco de Sousa, por Filipe II, através de carta patente datada de 2 de Janeiro de 1608. Resultou da administração, por cinco anos, das minas por si descobertas no Brasil. A efectividade de mercê de Marquês apenas vinia a recair no seu neto, curiosamente também com o nome de D. Francisco de Sousa. Este, foi o 1.º Marquês das Minas e pai de D. António Luís de Sousa.

² O primogénito.

guerra europeia, puderam então voltar-se em força contra Portugal" (Saraiva, 1993, 215), que imediatamente celebrou um tratado com a Inglaterra para ter capacidade de reacção contra as grandes ofensivas do exército espanhol do início da década de 60.

Foi nesta época conturbada da nossa história que D. António Luís de Sousa cresceu e se formou como homem e como militar. Assim, como determinava a tradição dos Grandes Senhores e Fidalgos desta fase da nossa história, D. António Luís de Sousa, cumpridos oito anos de idade, passou a servir de «Moço Fidalgo»³.

Aos catorze anos inscreveu-se na «Escola de Marte», onde começou a sentir as duras exigências da guerra, sempre debaixo da austera disciplina do seu pai, que em 1658 passou a governar as Armas do Alentejo. D. António Luís de Sousa foi armado Cavaleiro aquando da altura em que o nosso Exército sitiou Badajoz. O seu comandante, insigne General João Mendes de Vasconcelos, fê-lo à frente de toda a Cavalaria Castelhana, entregando-lhe a espada que tanta glória haveria de trazer à Nação portuguesa. Em 1659, os Castelhanos tentaram conquistar a cidade de Elvas, mas D. António Luís de Sousa, sob comando do seu pai, haveria de triunfar na celebre batalha das Linhas de Elvas, dando então a conhecer indubitavelmente a sua inclinação militar e o futuro que lhe estaria reservado (Sousa, 1748).

Em 1660 o seu pai passou a governar as Armas da Província de Entre Douro e Minho, região onde D. António Luís de Sousa serviu frequentemente com tanto valor que no ano seguinte foi promovido ao posto de «Capitão de Cavalos Couraças»⁴ da Guarda do General seu pai. O génio e impetuosidade próprios da juventude eram atenuados pela prudente presença de seu pai, que o acompanhava em todas as ocasiões.

D. António distinguiu-se tanto no serviço, que el-rei D. Pedro II o promoveu a Mestre de Campo de um Terço de Infantaria⁵. Com este posto D. António serviu na campanha de 1663, durante a qual foi tomado o Forte de Gayão e se recuperou o Lindoso. Fê-lo de tal forma que se tornou evidente o merecimento de ocupar postos mais elevados e de ver a sua pessoa distinguida, razão pela qual D. Pedro II lhe atribuiu o título de conde do Prado⁶ e o posto de General de Batalha das Províncias do Minho e Trás-os-Montes⁷.

³ Por Alvará de 11 de Abril de 1652 (Sousa, 1748, 978).

⁴ Patente passada por D. Francisco de Sousa em 20 de Junho de 1661 (Sousa, 1748, 979).

⁵ Patente passada por el-rei D. Pedro II em 13 de Julho de 1663 (Sousa, 1748, 980).

⁶ Carta de el-rei D. Pedro II passada a 19 de Junho de 1664 (Sousa, 1748, 980).

⁷ Patente de el-rei D. Pedro II passada em 24 de Novembro de 1665 (Sousa, 1748, 980).

2 - GOVERNADOR E CAPITÃO GENERAL DO ESTADO DO BRASIL

Em 1669, um ano após a celebração da paz com Castela, seu pai, D. Francisco de Sousa, foi nomeado Embaixador Extraordinário em Roma, tendo D. António Luís de Sousa sido distinguido como Governador de Armas da Província de Entre Douro e Minho. Exercitou esta função com tanto acerto que foi louvado pelas disposições adoptadas em prol do povo, que reconhecia estar perante um homem de bem. Acolhia os miseráveis, favorecendo-os em tudo o que podia e demonstrando generosidade sem limites, mas sem nunca abdicar do rigor da disciplina militar que entendia dever ser exercida sem o vexame das pessoas (Borges, 2000). Em 1674, por morte de seu pai, foi Conde do Prado e recebeu o título de Marquês das Minas⁸. Foi promovido a Mestre de Campo General⁹ e continuou a exercer as importantes funções de Governador de Armas da Província de Entre Douro e Minho.

Por esta altura o Estado do Brasil, com relevo para a cidade da Bahia, experimentava um ambiente de desordem, ódio e violência, pois os seus habitantes queixavam-se reiteradamente das acções e da conduta do Governador do Estado. El-rei D. Pedro II, apercebendo-se dos efeitos perniciosos que tal situação poderia assumir, nomeou o 2.º Marquês das Minas como Governador e Capitão General do Estado do Brasil, onde se distinguiu notavelmente. Assim, em 1684, D. António Luís de Sousa saiu de Lisboa e chegou à cidade da Bahia com a nobre missão de restabelecer a paz naquele Estado. Fê-lo com grande generosidade, honrando os homens, respeitando-os e procurando obter a vontade de todos. Acabou com as discórdias, mandou libertar os prisioneiros sem culpa formada, a quem deu oportunidade de provar a sua inocência. A cidade que no passado sentira falta de mantimentos passou a dispor de grande abundância de viveres (Sousa, 1748).

Em 1686 o Estado do Brasil conheceu uma epidemia tropical¹⁰ que haveria de matar milhares de pessoas, número bastante significativo para a altura. A epidemia espalhou-se fortemente, sendo que as pessoas contagiadas acabavam por morrer em poucos dias e de forma escabrosa. Na Bahia os sintomas da doença eram de tal forma variados que os médicos tinham enorme dificuldade em estabelecer uma sintomatologia para a mesma, sendo certo que causava horror ver casas cheias de moribundos, igrejas cheias de cadáveres e ruas servindo de cemitérios. Foi neste ambiente de horror que o 2.º Marquês das Minas deu a conhecer a enorme grandeza do seu coração. Visitava os enfermos nas camas das suas casas, desprezando a própria vida

⁸ Carta de el-rei D. Pedro II passada em 12 de Junho de 1674 (Sousa, 1745).

⁹ Por patente de 6 de Dezembro de 1674 (Sousa, 1745).

¹⁰ Tratou-se de uma «febre-amarela», também apelidada de «Bicha».

para lhes dar algum aconchego, e acompanhava-os posteriormente até à sepultura. Auxiliava os pobres com grandes esmolas. Montou uma Botica¹¹ pública, onde, por ordens de D. António Luís de Sousa, foram aviados gratuitamente todos os medicamentos que os pobres necessitavam. Esta última decisão só foi possível porque D. António, numa deliberação a todos os títulos admirável, custeou do seu próprio bolso as enormes verbas envolvidas no fornecimento de medicamentos. Também custeou os viveres que diariamente eram distribuídos a doentes e necessitados, tendo chegado inclusivamente a disponibilizar o seu palácio como asilo para os miseráveis (Sousa, 1748).

Em 1687, por decisão de el-rei D. Pedro II terminou o seu governo no Estado do Brasil regressando a Portugal. Durante a viagem de regresso viveu uma das mais dolorosas experiências da sua existência: o filho primogénito, D. Francisco de Sousa, 5.º Conde do Prado, faleceu vítima da brutal epidemia tropical que assolou o Brasil.

Em 1688, D. António Luís de Sousa foi distinguido com o título honorífico de Conselheiro de Guerra¹², tendo nesse mesmo ano sucedido ao Duque do Cadaval na presidência da Junta do Tabaco, cargo que exerceu entre 1698 e 1704 (Borges, 2003).

3 - A GUERRA DA SUCESSÃO DE ESPANHA

3.1 – Enquadramento Histórico

O problema da sucessão do trono espanhol foi a causa próxima da entrada de Portugal na guerra, já no início do século XVIII. O Rei de Espanha, Carlos II, não teve filhos de qualquer dos seus dois casamentos, e quando faleceu, em 1699, não deixou descendentes, o que levantou o problema da herança da sua coroa (Saraiva, 1993).

Os pretendentes à Coroa não eram poucos, mas Carlos II, a 3 de Outubro de 1700, designou em testamento, como primeiro sucessor, o seu sobrinho, o Duque de Anjou, neto de Luís XIV de França. Como Leopoldo da Áustria entendia que a coroa competia, por direito, ao Arquiduque Carlos de Habsburgo, estalou a Guerra entre a Áustria e a França (Saraiva, 1993, 233).

O «equilíbrio europeu»¹³ estava em perigo, pois a alternativa era a reconstituição da Casa de Áustria ou a supremacia de uma França engrandecida com o reino de Espanha (Saraiva, 1993).

¹¹ Com as necessárias ressalvas seria o que hoje designamos por Farmácia.

¹² Carta de el-rei D. Pedro II passada em 9 de Junho de 1668.

Este confronto entre Bourbons e Habsburgos foi um conflito de grande importância para a história da Europa, pois enquadrou-se num outro conflito mais global, da luta entre a França e a Inglaterra. Ambas aspiravam à hegemonia da Europa e ao controlo dos territórios ultramarinos indispensáveis ao respectivo desenvolvimento económico e comercial, e às respectivas linhas de comunicação oceânicas (Borges, 2000).

A 7 de Setembro de 1701, em Haia, Inglaterra, Holanda e Áustria formaram a Grande Aliança contra a França para a impedir de reforçar o poder continental com o poder marítimo (Barata e Teixeira, 2004).

Após um período de hesitação da nossa diplomacia sobre o alinhamento a adoptar, Portugal acabou por integrar a Grande Aliança aquando da celebração do «Tratado de aliança ofensiva»¹⁴, a 16 de Maio de 1703 (Serrão, 1980, 224).

O Arquiduque Carlos de Habsburgo, que já havia sido aclamado Rei da Monarquia Espanhola, em Viena, a 12 de Setembro de 1703. O agora D. Carlos III de Espanha desembarcou em Lisboa, a 7 de Março de 1704, trazendo com si um Exército anglo-holandês ao qual se uniram tropas portuguesas, fazendo de Portugal uma base de operações para a invasão de Espanha. A recepção a D. Carlos III foi celebrada com faustosas recepções, pois revestiu-se de peculiar relevância, ao traduzir um reconhecimento internacional sem pretendentes da dinastia implantada em 1640. Na sequência destes acontecimentos, a 30 de Abril de 1704, D. Filipe V declarou guerra a Portugal (Barata e Teixeira, 2004).

3.2 – Início das Hostilidades ainda como Governador das Armas da Província da Beira

Em Abril de 1704 D. António Luís de Sousa foi eleito Conselheiro de Estado, e a 24 de Junho desse mesmo ano foram nomeados os Governadores das Armas das Províncias, sendo que ao 2.º Marquês das Minas foi atribuído o governo da Beira.

A 7 de Maio de 1704 tiveram início as hostilidades, pois o Exército castelhano, comandado pelo Duque de Berwick¹⁵, e composto maioritariamente por forças francesas, entrou em Portugal pela Província da Beira. Como a resistência foi pequena e a capacidade de reacção

¹³ Artificio mantido diplomaticamente por uma inextricável rede de alianças militares que aspiravam a conter as potências nos seus limites naturais e numa atitude de mútuo respeito (Selvagem, 1931, 454).

¹⁴ Themudo Barata e Severiano Teixeira (2004, 302) revelam que as cláusulas anexas ao Tratado da Aliança previam que após a investidura do pretendente austríaco no governo de Espanha, seriam feitas diversas cedências territoriais a favor de Portugal. Estas incluíam várias praças fronteiriças na Estremadura e na Galiza e a colónia de Sacramento na América do Sul.

¹⁵ Filho de Jaime II de Inglaterra, refugiado com seu pai em França, em cujo exército servia como General-em-Chefe. General do Exército franco-espanhol que se opôs às forças da Grande Aliança, foi talvez o militar de mais talento que serviu a causa de D. Filipe V (Ayán, 1977).

do nosso Exército foi desventurada, rapidamente ocuparam algumas pequenas Praças e tomaram castelos e povoações. Tomaram Castelo Branco e passaram o Tejo em Vila Velha entrando no Alentejo (Sousa, 1748).

O 2.º Marquês das Minas iniciou a sua participação na Guerra da Sucessão de Espanha em 12 de Junho de 1704, atacando e destroçando o inimigo junto à Vila de Monsanto. Durante os confrontos ultrapassou grandemente as obrigações de General, envolveu-se no combate como destemido Soldado, lutando corpo-a-corpo e sendo ferido várias vezes (Martins, 1945).

D. Pedro II e D. Carlos III entraram na Província da Beira e, caminhando divididos, juntaram-se na cidade da Guarda, de onde partiram com o Exército do 2.º Marquês das Minas para a Praça de Almeida, onde aquartelaram a 20 de Setembro de 1704. Os reconhecimentos efectuados permitiram concluir que o inimigo tinha fortificado tão bem os locais de passagem do rio Águeda que se tornava praticamente impossível conquistar Ciudad Rodrigo. Assim, os Exércitos Português e Castelhana encontravam-se prostrados frente-a-frente, mas em diferentes margens do rio Águeda, desenvolvendo pequenas acções da Artilharia e da Cavalaria, sem consequências de maior. D. Pedro II decidiu então convocar a Conselho os Ministros e Generais presentes, tentando persuadi-los a atravessar o rio e travar batalha com o Exército do Duque de Berwick. Porém, os pareceres dos Generais portugueses, ingleses, alemães, holandeses e espanhóis foram contrários à ideia de D. Pedro II, com excepção do 2.º Marquês das Minas que sustentou a travessia do rio e o confronto dos Exércitos. O Marquês não se coibiu de dizer a D. Carlos III, com opinião semelhante à dos restantes Generais, que uma postura tão pouco arrojada não o conduziria a Rei de Espanha. Os Reis retiraram-se para Lisboa, o exército português recolheu a quartéis de inverno e o exército castelhano retirou para Madrid (Sousa, 1748).

O 2.º Marquês das Minas conduziu a campanha de 1705 com um pequeno, mas orgulhoso exército, composto por tropas da Beira e do Minho que não incluíam nenhum militar estrangeiro. Marchou sobre a Beira Baixa e Castela, reconquistando Salvaterra do Extremo¹⁶ e Sarça com um número reduzido de baixas¹⁷ e aprisionando a guarnição inimiga¹⁸ (Selvagem, 1931).

Devido à idade avançada do Conde das Galveas, Governador das Armas da Província do Alentejo, D. Pedro II nomeou D. António Luís de Sousa para o seu lugar, colmatando o Governo das Armas da Província da Beira com o Marquês de Fronteira, D. Fernando

¹⁶ Salvaterra havia sido tomada pelo Duque de Berwick no ano anterior.

¹⁷ 30 Soldados mortos e 40 feridos, mesmo assim em número substancialmente inferior ao inimigo.

¹⁸ Composta por 40 Oficiais e 373 Soldados.

Mascarenhas. O 2.º Marquês das Minas assumiu o comando do seu exército e empreendeu imediatamente uma campanha de Outono, que teve início em 3 de Outubro de 1705 com a marcha para sitiar Badajoz. Acampou junto a Talavera, a cerca de duas léguas do exército inimigo, comandado pelo Marechal de Tessé. À esquerda tinha o rio Guadiana e à direita um pequeno corpo de forças nossas comandado pelo Conde de S. João. O 2.º Marquês das Minas mandou adoptar todas as medidas necessárias para a rendição de Badajoz, mas teve de levantar o cerco por esta Praça ter sido eficazmente defendida (Martins, 1945).

3.3 – Campanha para a Conquista de Madrid como Comandante das Forças Aliadas

D. Pedro II, impressionado pelas invulgares qualidades do 2.º Marquês das Minas, deu-lhe o comando¹⁹ das forças aliadas, compostas por cerca de 20000 homens²⁰, para, num audacioso golpe estratégico conquistar Madrid e efectuar a junção com as restantes forças que se encontravam na Catalunha. D. António Luís de Sousa, correspondendo à confiança depositada em si, empreendeu nova campanha²¹, baseada numa marcha para o contacto em que, mais do que os combates e pequenas conquistas, soube retirar o máximo proveito do factor tempo e manobra, aproveitando as fraquezas do inimigo (Borges, 2003).

No início da campanha, conquistou com alguma facilidade as localidades de Caya, Cayolla, São Salvador, Nossa Senhora do Carrião, Castelo de Maiorca e São Vicente. Seguiu-se-lhes Brozas, vila populosa e de muitos frutos, onde mandou chamar o Alcaide a quem determinou que rendesse obediência a D. Carlos III. Este recusou-se, e advertiu D. António que o Duque de Berwick marchava a socorrer-lhes com cerca de 9000 homens, dispostos em duas colunas, que já se encontravam muito próximas. Mas a 7 de Abril a vila de Brozas foi conquistada pelas tropas do 2.º Marquês das Minas, sempre posicionado à frente da Cavalaria, dos dez Terços de Infantaria e das seis peças de campanha que empregou para obrigar as tropas do Duque de Berwick a retirar precipitadamente para Cáceres. A nossa cavalaria foi encarregue de perseguir as forças castelhanas o que fez de forma brilhante, pois provocou-lhe grandes baixas e apreendeu-lhe um número significativo de cavalos²². Os habitantes de Brozas não se queriam render, sendo que uns abandonaram as casas e juntaram-se ao exército de Berwick e, outros refugiaram-se nas igrejas. Entretanto, por desordem dos soldados, foram saqueadas e

¹⁹ O II Marquês das Minas era considerado o mais eminente General de todos aqueles que militavam nas tropas aliadas, mas a sua nomeação não agradou aos Generais das tropas estrangeiras, acostumados a exercer uma influência determinante nos Conselhos de Guerra que, adivinhava-se iriam perder (Ayán, 1977).

²⁰ O Exército aliado era composto por cerca de 152000 portugueses e 4200 ingleses e holandeses. Também tinha 5000 cavalos e 15 peças de artilharia.

²¹ Que teve início em 24 de Março de 1706.

²² Duzentos e quarenta cavalos.

queimadas cerca de 300 casas, o que causou tanto medo nos vizinhos que grande número de povoações foi imediatamente manifestar obediência ao Marquês das Minas. D. António castigou exemplarmente os militares que decidiram queimar as casas, pois entendia que as povoações não deviam ser destruídas pelos combates, conquanto acreditava piamente que no futuro seriam favorecidos pelo reinado de Carlos III (Sousa, 1748).

O 2.º Marquês das Minas continuou a marcha para Alcântara, atacando-a vigorosamente em 9 de Abril e conseguindo a sua capitulação em 14 de Abril. Foram apreendidas 47 peças de artilharia de diversos calibres, grande parte de bronze, 2461 espingardas e um grande número de diversas munições de guerra. Conforme acordado e com todas as honras militares, D. António permitiu a saída da guarnição castelhana, constituída por 4200 homens, sendo de seguida desarmada e feita prisioneira²³. Só então o 2.º Marquês das Minas, General Supremo da Grande Aliança, entrou em Alcântara acompanhado de todos os seus Generais. A conquista desta Praça, foi das mais importantes vitórias dos aliados, e determinante para a conquista de Madrid, quer em função do número de homens aprisionados, quer porque constituía uma importante base de reabastecimento das forças franco-espanholas. Tão brilhante vitória foi transmitida a D. Pedro II, a 16 de Abril de 1706, pelo Conde do Prado, filho de D. António Luís de Sousa (Borges, 2003).

O 2.º Marquês das Minas transmitiu solenemente aos seus Generais a determinação em marchar com o seu Exército em direcção a Madrid, o que foi do agrado de todos, pelo que no dia seguinte marcharam em direcção a Plasência, onde estava o Marechal de Berwick. Nesta altura já todos os lugares, vilas e cidades de ambos os lados do rio Tejo deviam obediência a D. Carlos III, acontecendo o mesmo com localidades já bastante afastadas do referido rio, como Coria, Galisteo, Cáceres e Trugilho.

Atingiu Plasência a 28 de Abril tendo-se deparado com uma localidade que juntamente com todas as vilas e lugares vizinhos se declararam fiéis a D. Carlos III, pois haviam decidido não combater o Exército da Grande Aliança. O enorme receio que sentiam foi maior que a capacidade de persuasão do Duque de Berwick em convence-los a combater e, como estes não o quiseram fazer, teve que se retirar para Bazzagan. A entrada em Plasência foi triunfal e com pompa, merecendo o aplauso da Nobreza e a entrega da chave da cidade a D. António Luís de Sousa, pelo Magistrado da cidade (Sousa, 1748).

O período de descanso foi reduzido, pois no dia 30 de Abril o Exército da Grande Aliança já marchava em direcção a Almaraz, localidade que distava apenas 30 léguas de Madrid e 22 de

²³ Com a condição dos Oficiais de posto superior a Capitão serem libertados seis meses mais tarde. Os restantes prisioneiros ficaram em cativeiro durante seis meses, em Santarém.

Alcântara. Entretanto, o Duque de Berwick, sem se empenhar decisivamente, retirava sistematicamente das localidades que D. António Luís de Sousa pretendia conquistar, ateando fogo aos armazéns de víveres, dificultando gradualmente a progressão das forças aliadas. Ciudad Rodrigo, Salamanca, Villa de Penharanga e Cidade de Ávila foram as próximas localidades a capitular, obrigando o Marechal de Berwick a retirar. Nesta altura o Exército da Grande Aliança, constituído pela Cavalaria e 12 Terços²⁴, chegou ao Porto de Guadarrama, que ultrapassou sem oposição, acampando, a 22 de Junho, no Lugar de Espinar. Nessa mesma madrugada D. Filipe V e sua esposa abandonaram precipitadamente Madrid, buscando protecção, com mais alguns fidalgos, junto das tropas de Berwick, nesta altura com cerca de 8000 homens (Sousa, 1748; Borges, 2003).

Em 24 de Junho o Exército do 2.º Marquês das Minas já estava a apenas quatro léguas da Corte de Madrid, num lugar chamado Nossa Senhora do Ratamal, onde aguardou informações políticas e militares, para decidir a acção a empreender. Entretanto, recebeu cumprimentos de um número significativos de Deputados Madrilenos²⁵ que lhe pediram que nomeasse o corregedor que deveria governar a cidade e, lhe afiançaram que quando D. Carlos III e suas tropas se deslocassem de Saragoça²⁶ para Madrid tornariam a possibilidade de D. Filipe V permanecer em Espanha verdadeiramente insustentável (Sousa, 1748).

A 28 de Junho²⁷ de 1706, o Exército da Grande Aliança, com 14.700 portugueses e 4.200 anglo-holandeses, sob o comando de D. António Luís de Sousa, entrava vitoriosamente em Madrid e instalou-se no Paço Real, onde recebeu a sujeição dos poderes constituídos e dos tribunais. Foi o culminar de uma marcha triunfal de cerca de 500 Km e três meses de operações militares em Espanha.

O 2.º Marquês das Minas foi de um rigor extremo para com os seus subordinados, não permitindo que efectuassem o mais leve furto em Madrid, não auferindo das contribuições permitidas na guerra, que ascenderiam, certamente a muitos milhões de cruzados.

Segóvia e Toledo, bem como as inúmeras vilas e cidades vizinhas, seguindo o exemplo da Corte, também decretaram obediência ao 2.º Marquês das Minas. O arcebispo de Toledo, ao receber o Exército da Grande Aliança, iluminou a Catedral, deu um esplêndido banquete aos

²⁴ Oito Terços eram portugueses, dois eram ingleses e dois eram holandeses.

²⁵ Estes deputados mal a Corte havia abandonado Madrid, escreveram imediatamente a D. António Luís de Sousa, manifestando-lhe obediência, que, entendiam, serviria de exemplo a todo o reino.

²⁶ Onde se encontravam naquele momento.

²⁷ Não há consenso relativamente à data da conquista de Madrid. Alguns historiadores também referem 25 de Junho como data provável. Somos da opinião de João Borges (2003) ao considerar 28 de Junho de 1706 como a data mais provável da conquista de Madrid, pois algumas fontes de primeira, historiadores de reconhecido valor, a sequência coerente de acontecimentos e, a mais que provável entrada simultânea das forças aliadas e do seu comandante em Madrid, apontam para essa data com excepcional grau de certeza.

Oficiais de guerra, brindou à saúde de D. Carlos III e benzeu o estandarte. Em Toledo residia a Rainha D. Mariana de Neoburgo, viúva de D. Carlos II²⁸, a quem o 2.º Marquês das Minas mandou cumprimentos por intermédio de seu sobrinho, Conde de Atalaia (Sousa, 1748).

No dia 29 de Junho festejou o nome de D. Carlos III com três descargas de Artilharia, tendo comparecido toda a Nobreza de Madrid para congratular D. António Luís de Sousa pela magnificência com que os tratou. A aclamação de D. Carlos III ocorreu na Corte em 3 de Julho. O Papa Clemente XI²⁹, após um período de alguma hesitação, reconheceu o Arquiduque Carlos de Habsburgo com Rei de Espanha.

Permitiu que os funcionários dos tribunais se mantivessem nos seus postos de trabalho, deu audiências aos vassalos e prosseguiu os negócios, causando espanto e admiração nas Cortes da Europa, “... *honrando aquelle anno tanto ao Marquez das Minas, e às noffas Armas, nos futuros ferá taõ gloriofo do esclarecido Marquez das Minas, immortalizado no respeito dos feus, e dos estranhos*” (Sousa, 1748, 1018).

D. Pedro II recebeu a notícia da conquista de Madrid a 6 de Julho, por intermédio do Marquês D. João de Sousa, filho do 2.º Marquês das Minas. Esta nova causou grande alegria e orgulho em sua Majestade, que publicamente rendeu graças ao autor de tão marcante vitória, assim, acompanhado de toda a Corte vestida de gala e do Príncipe foi à Sé, no dia 8 de Julho, assistir ao *Te Deum Laudamus*, alargando a participação neste evento à população de Lisboa (Borges, 2003).

A torrente de capitulações descrita conferiu imortal glória a D. António Luís de Sousa, que submeteu a maior parte da Província da Estremadura, Castela-a-Velha e Reino de Leão (Serrão, 1980).

3.4 – A Batalha de Almanza

D. António Luís de Sousa, desde os seus aposentos, em pleno Escorial, escreveu a D. Carlos III, que estava na Catalunha, dando-lhe conta da urgência em juntar, em Madrid, os Exércitos que ambos comandavam e informando-o dos danos irreparáveis que eventuais atrasos poderiam provocar. No entanto, D. Carlos III escreveu ao 2.º Marquês das Minas, informando que se encontrava em Saragoça com as tropas que o seguiam e, porque as manifestações públicas de fidelidade o impressionaram bastante, não podia negar-lhes a sua presença. O tempo perdido em festas e outras diversões fez com que só a 6 de Agosto fosse possível juntar

²⁸ Que tanto havia trabalhado em vida deste para que Carlos III fosse Rei de Espanha (Borges, 2003, 72).

²⁹ O Papa desejava o enfraquecimento da casa de Áustria porque via nisso uma garantia para a liberdade de Itália.

os dois Exércitos³⁰ (1020). Este atraso vira a revelar-se verdadeiramente catastrófico, já que entretanto, D. Filipe V conseguiu organizar um Exército, muito por força dos reforços vindos de França³¹, passando à contra-ofensiva, cortando as comunicações com Portugal e não tardando a reconquistar Madrid.

Os 40 dias de domínio do 2.º Marquês das Minas em Madrid terminaram quando D. Carlos III se viu na necessidade de fugir para Valência, onde montou quartéis de Inverno, e a ofensiva foi definitivamente suspensa, pondo-se termo a uma situação que parecera momentaneamente favorável aos aliados (Barata e Teixeira, 2004). Aqui permaneceu até 6 de Abril de 1707, data em que decidiu atacar mais uma vez o Exército do Duque de Berwick, mas novamente debalde, pois este continuou a queimar os celeiros tão necessários à progressão do Exército da Grande Aliança.

D. Pedro II morreu a 9 de Dezembro de 1706³². Os esperados reforços de fora da Península Ibérica tardavam. Milord de Petreborough estava acampado nos arrabaldes de Madrid com D. Carlos III, não tendo reforçado em tempo o Exército comandado pelo Marquês das Minas. Foi nesta situação, de nítida inferioridade de efectivos³³, que em 25 de Abril, se atacou o local onde D. Filipe V acampou as tropas, dando-se a célebre Batalha de Almanza, por violenta, desastrosa e decisiva para os aliados, e onde o 2.º Marquês das Minas finalmente foi derrotado. É certo que Milord Conde de Galoway e os restantes Generais estrangeiros foram os principais responsáveis pela realização da batalha, pois o 2.º Marquês das Minas, mais prudente, não pretendia realiza-la, apenas anuindo na sua efectivação após forte discussão, mas participando na batalha com mais brio que vontade (Sousa, 1748).

Portugueses, ingleses e holandeses bateram-se com galhardia enquanto puderam, deixando nas mãos do inimigo um elevado³⁴ número de prisioneiros, mortos e feridos (Borges, 2000). Fica para os anais da história o exemplo de D. António Luís de Sousa, que partiu para esta batalha debilitado por ferias contraídas em combate, razão pela qual, receando não poder manter-se firme na cela, mandou que o amarrassem a ela (Sousa, 1748, 1023). Combateu com enorme vontade, sujeitando-se a evidentes perigos e deixando claro tratar-se de um militar de qualidades inauditas, que procurava dar o exemplo, nunca se deixando esmorecer pela prudência que havia manifestado.

³⁰ Estes não se encontraram em Madrid, como era desejo de D. António Luís de Sousa, mas em Guadalajara, conforme determinação de D. Carlos III (Borges, 2003).

³¹ Mas também com o apoio do povo de Castela, Andaluzia e Estremadura.

³² Esta data também marca o início do reinado de seu filho, D. João V (1706-1750).

³³ As tropas da Aliança tinham um efectivo de 15000 homens, enquanto o inimigo tinha um efectivo de 25000 homens (Barata e Teixeira, 2004, 304).

³⁴ "Números certamente exagerados estimam que os aliados terão tido 4000 mortos e 3000 prisioneiros, contra 5000 mortos do lado franco-espanhol" (Barata e Teixeira, 2004, 304).

No meio deste desastre houve-se o 2.º Marquês das Minas, pela bravura e pela grande perícia estratégica com que conseguiu retirar em boa ordem o Exército da Grande Aliança para Tortosa (Zuquete, 1960, 744).

O Exército da Grande Aliança continuou o seu caminho para Valença e Barcelona, já na companhia de D. Carlos III, sendo que o prestígio de D. António Luís de Sousa se mantinha intocável, pois as suas acções forma tão grandes que mereceram o respeito geral das mais altas figuras de então e gragearam-lhe a continuação do comando supremo do Exército. Foi nesta qualidade que D. Carlos III o encarregou de negociar a troca de prisioneiros.

D. João V ordenou ao 2.º Marquês das Minas que não prolongasse a sua estadia na Catalunha caso a Rainha Ana de Inglaterra mandasse retirar o Conde de Galoway (1039), o que viria a acontecer. Assim, o 2.º Marquês das Minas e o Conde de Galoway embarcaram na Esquadra Inglesa, no porto de Barcelona, regressando a Portugal, onde ancoraram no porto de Lisboa no ano de 1708. D. João V recebeu o Marquês com especial agrado, fazendo menção de o demonstrar publicamente.

A gloriosa campanha conduzida pelo 2.º Marquês das Minas contra as forças franco-espanholas comandadas pelo duque de Berwick foi tão celebrada na Europa, que fez respeitar a então recentemente reconquistada independência de Portugal e, foi garante de um povo que continuou a afirmar-se entre as potências do mundo de setecentos (Borges, 2003).

D. Maria Ana de Áustria chegou a Portugal numa Armada Inglesa tendo desembarcado e entrado no Paço a 19 de Novembro de 1708. Nesse mesmo dia o 2.º Marquês das Minas foi nomeado Estribeiro Mor da Rainha, que passou a servir com desvelo, até ao fim dos seus dias. Numa ocasião em que a Rainha assistia a exercícios militares em Pedrouços, decidiu distinguir o Marquês ao o mandar chamar para explicar os rudimentos da milícia ao Príncipe, seu filho. O Marquês agradeceu a honra explicando os movimentos das tropas e os termos militares (Sousa, 1748, 1045).

D. António mal chegou de Barcelona procurou reaver imediatamente o posto de Governador de Armas da Província do Alentejo, o que não conseguiu³⁵. Esta situação criou-lhe um enorme desgosto alicerçado na sensação de injustiça que sentia abater-se sobre ele, razão pela qual pretendeu abandonar todos os cargos que ocupava, mas D. João V estimava tanto este

³⁵ Embora este posto lhe pertencesse por direito próprio, era agora exercido pelo Marquês de Fronteira que não pretendia dar baixa dele.

súbdito que conseguiu persuadi-lo a não o fazer³⁶ e dando-lhe mesmo mostras de se sentir honrado com a presença do Marquês.

A Rainha Ana de Inglaterra aquando de uma audiência com D. João V, numa demonstração de grande admiração pelos prestimosos serviços do 2.º Marquês das Minas à Grande Aliança, propôs a patente de General e o comando de um Corpo de tropas inglesas a D. António Luís de Sousa, a quem também oferecia uma grande soldo. Este, agradeceu a publica demonstração de estima e a distinção com que a soberana britânica o obsequiava, mas demonstrando um total desprendimento dos bens materiais, retorquiu que lhe era impossível aceitar aquela proposta devido às obrigações com que nascera e que devia a el-rei de Portugal, seu Senhor, de cujo serviço era inseparável (Sousa, 1748, 1043).

D. João V concedeu-lhe as apresentações de justiça nas vilas de Beringel e do Prado, de que era Donatário.

Foi senhor de cinco comendas na Ordem de Cristo e de duas comendas na Ordem de Santiago (Borges, 2003, 39), no entanto, D. António Luís de Sousa, embora nunca o manifestasse publicamente, sentia-se injustiçado pelo facto de nunca lhe haver sido atribuída uma comenda de gratificação pelos serviços em que se tinha distinguido. Esta injustiça era maior pelo facto de ver outros serem distinguidos por actos de menor valor. Também é de salientar que o agravo do Marquês era para com os Ministros e nunca para com el-rei, de quem continuava a receber inúmeras demonstrações de reconhecimento (Sousa, 1748).

O desprendimento do Marquês relativamente às ambições materiais ficou patente inúmeras vezes. Em várias ocasiões desprezou o ouro que podia tirar das contribuições, o que lhe era permitido. Chegou mesmo a desembolsar dinheiro da sua própria casa para continuar a glorificar e servir o seu Soberano. É deveras elucidativa a decisão do Marquês quando ao chegar a Valença lhe foram enviados cinco mil cruzados de ajudas de custo, tendo o Marquês mandado que fossem repartidos em esmolas e distribuídas pelos Conventos, pobres e necessitados da cidade.

Recuperou das inúmeras doenças de que padeceu ao longo da vida, embora cada vez mais debilitado pelo peso dos anos e dos trabalhos de guerra que desde tenra idade experimentou. O vigor foi esmorecendo começando a sentir o definhar da vida e os correios da morte, que não podiam tardar em chegar, razão pela qual foi recebendo indulgências de todas as ordens Terceiras e Confrarias a que pertencia (Sousa, 1748, 1048).

³⁶ Na verdade o 2.º Marquês das Minas nunca conseguiu recuperar o posto de Governador de Armas da Província do Alentejo.

Morreu a 25 de Dezembro de 1721, contando a proveta idade de setenta e sete anos oito meses e dezanove dias. A sua morte foi sentida em todas as classes da sociedade. A honra e paixão que o Marquês colocou em todos os actos da sua vida causou enorme admiração e respeito, evidenciou grandeza de carácter, generosidade sem limites³⁷ e total ausência de vaidade pessoal (Sousa, 1748). O seu corpo foi venerado no Convento de S. Domingos de Azeitão, onde foi sepultado no antigo jazigo da família (Borges, 2003).

D. Pedro II, que o estimou muito, quando falava do Marquês das Minas dizia que era outro Cipião, não deixando escapara para aqueles que o acompanhavam que *"o Marquez das Minas he a honra da Nação"* (Sousa, 1748, 1053). Estes breves elogios mostram o alto conceito com que el-rei tão distintamente o honrava, pois sabia do enorme zelo do seu servido, nunca permitindo aos que o rodeavam que demonstrassem menos respeito pelo 2.º Marquês das Minas. D. João V também manifestou colossal respeito pela sua memória, reconhecendo ter sido um dos portugueses que mais serviu o Reino em cargos de alta responsabilidade.

D. António Caetano de Sousa, não teve dúvidas em gravar o nome do 2.º Marquês das Minas nas mais brilhantes páginas da nossa história e, ao referir-se à conquista de Madrid, disse (1755, 168) *"Esta grande empresa honrou naquele ano as nossas armas, e no futuro o fará ainda mais à memória deste general, pois este grande dia deu na Europa um tão heróico brado, que eternizará na posteridade o seu ilustre nome, porque é certo que não se lê na História de Espanha igual ventura à que conseguiu o marquês naquele ditoso ano"*.

4. CONCLUSÃO

D. António Luís de Sousa foi um dos mais eminentes protagonistas da história militar de Portugal, pois obteve feitos inigualáveis, não devendo a formação de sucessivas gerações de líderes ser alheia a tão insigne figura.

O 2.º Marquês das Minas, como militar e como patriota, constituiu-se como arquétipo de referência e exemplo de generosidade, coragem, honra e engenho; qualidades que ainda hoje cunham os melhores vultos da nossa história.

Que a personalidade de D. António Luís de Sousa deixe esculpido no vosso curso um vínculo indissipável que sirva de catalizador de coesão e camaradagem, e que a evocação do seu

³⁷ Ao longo da sua vida despendeu imensas somas de dinheiro, sendo que jamais confirmou publicamente que tenha dado alguma coisa.

exemplo vos permita arrostar as adversidades que se vos depararão ao longo da carreira que acabaste de abraçar.

Cadetes do curso de entrada na Academia Militar no ano lectivo 2004-2005, por tudo aquilo que foi escrito e dito, podeis e deveis dizer com inusitado orgulho: «O patrono do nosso curso é D. António Luís de Sousa, o 2.º Marquês das Minas».

Amadora, 1 de Setembro de 2004.

BIBLIOGRAFIA

- AYÁN, Carmen (1977). *La Guerra de Sucesión Española*, Ediciones Akal, Madrid.
- BARATA, Themudo e TEIXEIRA, Severiano (2004). *Nova História Militar de Portugal*, Volume 2, Circulo de Leitores, Rio de Mouro.
- BORGES, João (2000). *Intervenções Militares Portuguesas na Europa do Século XVIII: Uma Análise Estratégica*, Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, S. Pedro do Estoril.
- BORGES, João (2003). *Conquista de Madrid: Portugal faz aclamar Rei de Espanha o Arquiduque Carlos de Habsburgo*, Tribuna da História, Lisboa.
- MARTINS, Ferreira (1945). *História do Exército Português*, Editorial Inquérito, Lisboa.
- SARAIVA, Hermano (1993). *História de Portugal*, Publicações Alfa, Mem Martins.
- SELVAGEM, Carlos (1931). *Portugal Militar*, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa.
- SERRÃO, Veríssimo (1980). *História de Portugal: a restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, Volume V, Editorial Verbo, Lisboa.
- SOUSA, Caetano de (1748). *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo XII, Parte II, Impressão na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, Lisboa.
- SOUSA, Caetano de (1755). *Memorias Historicas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, 2.ª Impressão na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, Lisboa.
- ZÚQUETE, Afonso (1960). *Nobreza de Portugal*, Volume 2, Editorial Enciclopédia, Lisboa.